

PADRE BERNARDO/ Após três desmoronamentos em pouco mais de cinco meses, população vizinha ao Aterro Ouro Verde sofre com o mau cheiro e as moscas. Especialistas alertam para o risco de doenças e de contaminação do meio ambiente

Moradores convivem com o lixo

» DAVI CRUZ
» LUIZ FELLIPE ALVES

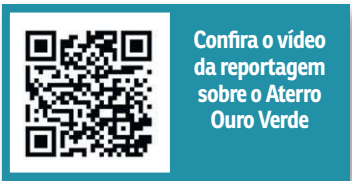
Mau cheiro, moscas e sensação de abandono. Essa é a rotina de quem vive próximo ao Aterro Ouro Verde, em Padre Bernardo, onde três deslizamentos de lixo ocorreram em pouco mais de cinco meses (veja Memória). Desde o primeiro desabamento, em 18 de junho, mais de 63 mil toneladas de lixo atingiram a região. Parte desse material contaminou o córrego Santa Bárbara. Por isso, o consumo de água do riacho está proibido pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad-GO). A aposentada Ana Maria Soares, 62 anos, mora há mais de 15 anos no local e afirmou que nada mudou desde o primeiro desmoronamento. “O cheiro é o mesmo, o mosquito é o mesmo. Vivo dentro de casa, com tudo fechado, porque, se abrir a porta, não tenho paz”, relatou. Maria contou que foi procurada apenas uma vez, pela empresa responsável pelo aterro, a Ouro Verde Construções e Incorporações Ltda. “Trouxeram um galão de água, e nunca mais voltaram”, disse. O último deslizamento ocorreu na madrugada de terça-feira. A principal hipótese é que ele tenha sido provocado pelas fortes chuvas que caíram na região. Mais uma vez o córrego Santa Bárbara foi atingido, mas a Semad ainda não calculou o tamanho do estrago. Técnicos da pasta realizam sobrevoos com drones no local para avaliar a quantidade de resíduos deslocados. “Diante desse novo episódio, podemos executar novos autos de infração. Estamos fazendo o levantamento completo”, informou o gerente de Emergências Ambientais da Semad, major Sayron. Sem previsão para a retirada das 300 mil toneladas de resíduos acumulados em quase uma década de

funcionamento, o aterro Ouro Verde segue instável e sob vigilância contínua da pasta. De acordo com Sayron, o cenário permanece crítico, mesmo após as ações iniciais de estabilização do maciço. “O que temos aqui é um passivo ambiental gigantesco”, afirmou. O lixão está embargado e impedido de receber resíduos desde 19 de junho. A Semad aponta que, embora parte do maciço tenha sido transferida para uma célula nova e impermeabilizada, cerca de 70% do material permanece na área original, que voltou a deslizar nesta semana. “Mesmo com a retirada de cerca de 30% do maciço antigo, ele continua instável”, alertou Sayron. Enquanto não há medidas efetivas para remover o lixo, a população sofre com o impacto dos deslizamentos. Neusa Maria da Vitória, 53, relata que o último acidente intensificou o mau cheiro na região. “O fedor fica pior a cada dia. Ontem (terça-feira), quando desmoronou, ficou horrível. Parecia carniça. A gente gasta de R\$ 300 a R\$ 400 por mês com água mineral e repelente, mas não resolve. Não sei mais o que fazer”, desabafou. Condenada a retirar o lixo que desmoronou, a apresentar um Plano de Recuperação Ambiental da Área Degradada (PRAD) e a arcar com a reparação ambiental do local, entre outras medidas, a empresa Ouro Verde alegou que está realizando intervenções técnicas para a estabilização do local. A empresa alegou, ainda, que está monitorando o córrego Santa Bárbara, mas não deu detalhes sobre a qualidade da água. Contaminação Atingido duas vezes pelos resíduos sólidos, o córrego pode sofrer uma transformação bioquímica severa, como explica a engenheira ambiental Fernanda Martins,

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Neusa Maria reclama dos gastos com água mineral e repelente



especialista em contaminação de recursos hídricos. “A contaminação não é uma possibilidade teórica, é uma consequência praticamente inevitável dos deslizamentos”, assinalou. De acordo com ela, as chuvas podem piorar a situação. “O lixiviado (chorume que se forma quando a água atravessa o lixo), que é extremamente rico em contaminantes, seguirá a topografia natural do terreno e alcançará o córrego em questão de dias, se não horas, a depender da intensidade das chuvas”, alertou. Para a especialista, boa parte dos recursos hídricos da região está em risco pela falta de tratamento adequado. “Os sistemas de tratamento de água convencionais não são dimensionados para remover essa

carga de contaminação, inviabilizando o uso da água”, ressaltou. Devido ao nível de contaminação, a Semad mantém suspensas, por tempo indeterminado, as outorgas de captação de água no córrego Santa Bárbara e no rio do Sal, onde ele desagua, devido à persistência da contaminação. O órgão informou que aguarda o PRAD da empresa Ouro Verde para decidir se o lixo será estabilizado no próprio local ou removido para aterros licenciados, operação que, segundo o gerente de Emergências Ambientais da pasta, demandaria aproximadamente 2 mil viagens de caminhão. Riscos à saúde Os constantes deslizamentos de lixo no aterro podem trazer complicações para a saúde dos moradores. Segundo Jessica Ramos, infectologista do Hospital Sírio-Libanês, a população próxima ao local corre risco de exposição a microrganismos. “O contato direto ou indireto com o lixo

orgânico, chorume e poeira contaminada pode provocar doenças infecciosas, reações alérgicas, problemas respiratórios e intoxicações químicas”, frisou. De acordo com ela, o forte odor é proveniente da liberação de gases tóxicos e compostos voláteis, o que pode causar irritação nos olhos, nariz e garganta, assim como crises de asma, dor de cabeça, náusea e mal-estar. “A inalação prolongada pode piorar quadros respiratórios crônicos e impactar a qualidade de vida da população exposta”, alertou. A contaminação do solo e da água pelo chorume é outro ponto de atenção para a especialista. “Esse líquido contém bactérias, vírus, fungos e substâncias químicas tóxicas”, comentou. Entre as doenças que podem ser causadas, ela citou as hepatites A e E; diarreias infecciosas e cólera; doenças parasitárias; e intoxicação química, incluindo por metais pesados.

Falhas jurídicas

O Aterro Ouro Verde começou a funcionar em 2016, a partir de uma licença ambiental municipal concedida pela Prefeitura de Padre Bernardo à empresa Ouro Verde Construções e Incorporações Ltda. Órgãos ambientais consideraram o documento irregular, uma vez que foi emitido sem licenciamento ambiental e sem anuência federal, necessária pelo fato de o empreendimento estar na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto, unidade de conservação federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em 2018, o órgão conseguiu embargar a operação do aterro, apontando riscos ambientais e ausência de requisitos técnicos obrigatórios, como sistema adequado de drenagem de chorume, impermeabilização e controle de gases. Mesmo assim, o empreendimento continuou

Memória

» 18 de junho de 2025 – Por volta das 9h30, cerca de 42 mil m³ de lixo deslizaram do aterro, atingindo o córrego Santa Bárbara e contaminando a água.

» 12 de novembro de 2025 – Cerca de 3 mil toneladas de resíduos deslizaram de uma “pilha antiga” de lixo, remanescente da estrutura anterior. Dessa vez, o córrego não foi diretamente atingido.

» 25 de novembro de 2025 – Um terceiro deslizamento atingiu novamente o córrego Santa Bárbara. Ainda não há estimativa da quantidade de resíduos deslocados.

operando e acumulando autuações, enquanto o processo de licenciamento estadual seguia pendente na Semad-GO, que posteriormente negou o pedido de regularização. Após ações do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público de Goiás (MPGO) paralisarem as atividades no local, em 2023 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) concedeu uma liminar permitindo a continuidade da operação temporariamente, sob o argumento de que interromper abruptamente o serviço geraria risco sanitário e impacto social diante da falta de alternativas de destinação de resíduos. A coordenadora da Área do Meio Ambiente e Consumidor do MPGO, Daniela Haun, salienta que o funcionamento do aterro não poderia continuar por conta de diversas infrações. “Ali é um local impróprio e inadequado para o funcionamento desses empreendimentos. Nunca existiu uma licença ambiental válida”, assinalou.

SHELL APRESENTA:

PRÊMIO JK

CORREIO BRAZILIENSE

Mais do que um reconhecimento, o Prêmio JK Correio Braziliense nasce, em 2025, como um reconhecimento das personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Brasília.

SAVE THE DATE

09 • DEZEMBRO

PATROCÍNIO MASTER:

REALIZAÇÃO:

APOIO:

caesb

FAENGE EMPREENDIMENTOS

ADEMI

CEB COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

SINDUSCON-DF